

**ILMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE - BA.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**

UASG: 70013

**OBJETIVO: IMPUGNAÇÃO CONTRA VICIOS EDITÁLCIOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO.**

**(Processo Administrativo nº 0002024-39.2025.6.05.8000)**

A **FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, sociedade Eireli, inscrita no CNPJ sob o Nº 46.781.889/0001-92, com sede no endereço Situada na Rua São Tomé,378, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-030, Telefone 84)3025-4761, Estado do Rio Grande do Norte, representada por seu titular **CARLOS ANDRÉ PEREIRA DE ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 072.867.184-01, RG nº 002.763.324, emitida pela SSP/RN, residente e domiciliada na Rua São Tome, 378 – Cidade Alta – Natal/RN,, vem, respeitosamente, à presença de V.Senhoria, vem, com fulcro no art. Art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e do item 10.1 do referido edital, contestar os termos do EDITAL DE LICITAÇÃO **TRE/BA - PE Nº 90007/2025** pelas razões a seguir expostas para apresentação da devida:

## **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

### **1. PRELIMINARMENTE**

#### **1.1 DA TEMPESTIVIDADE**

É de se assinalar que a presente insurreição encontra-se TEMPESTIVA, uma vez que protocolada a mais de 03 (tres) dias úteis anteriores a data fixada para abertura do certame, qual seja, 22 de agosto de 2025, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

#### **1.2 DA LEGITIMIDADE DA PROPONENTE**

O insigne jurista Carlos Ari Sundfeld, invocando o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea ‘a’ da Magna Carta, defende a possibilidade de qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o edital, pois citado dispositivo garante o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. “Art. 5º (...) XXXIV - são a todos assegurados: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

Tratando-se no presente caso de defesa dos seus direitos, e porque não dizer, do interesse público, patente está a legitimidade da proponente para apresentar a presente peça impugnante.

**FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

Situada na Rua São Tomé,378, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-030, Telefone 84)3025-4761

E-mail: [terceirizacaofsltda@gmail.com](mailto:terceirizacaofsltda@gmail.com) / [fslicitacoes18@gmail.com](mailto:fslicitacoes18@gmail.com) - Telefone: (84) 99933-7399

CNPJ: 46.781.889/0001-92

## **2. DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**

Trata-se de certame que será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto é "***Contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.***

Tendo interesse em participar da competição supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, e examinando criteriosamente e objetivando a contratação dos serviços delimitados em seu objeto, a Impugnante constatou que o mesmo contém algumas exigências incompatíveis com os ditames legais, o que poderá acarretar em restrição da competitividade e consequentemente em uma contratação desvantajosa para a Administração, desrespeitando os princípios constitucionais insertos no artigo 37 da Magna Carta.

Na clássica lição de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, M. Comentários à lei de licitações e contratos. 18. ed. rev. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.), a licitação é um procedimento administrativo disciplinado por Lei que busca selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público, a partir da prévia definição de critérios objetivos e com especial atenção ao princípio da isonomia.

O edital traz exigências e/ou omissões que se continuadas poderão afrontar sobremaneira os pressupostos legais insertos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional de regência, conforme verificaremos adiante:

### **2.1 – SOBRE IMPOSIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA CCT BA000817/2024 INDICADA NO EDITAL.**

Menciona o Edital, **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025.**

**4.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e no contrato.

**1º Ponto** a ser citado do vício editalício referente ao **SEGURO DE VIDA** da CCT BA000817/2024 mencionada onde foi verificado em todas as planilhas sugeridas no edital o valor de **R\$ 4,80, no Submódulo 2.3 Benefícios mensais diários na letra “E” conforme demonstraremos logo abaixo:**

FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Situada na Rua São Tomé, 378, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-030, Telefone 84)3025-4761

E-mail: [terceirizaofsltda@gmail.com](mailto:terceirizaofsltda@gmail.com) / [fslicitacoes18@gmail.com](mailto:fslicitacoes18@gmail.com) - Telefone: (84) 99933-7399

CNPJ: 46.781.889/0001-92

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA

## AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

R\$

17/57

^ v x

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA

As empresas manterão, obrigatoriamente, em favor de todos os seus empregados, que estejam no exercício de suas funções, associados ou não às entidades sindicais profissionais, apólice de seguro contra morte natural ou acidental, invalidez permanente acidental e Pagamento Antecipado Especial por Doença Profissional, com base nos valores abaixo.

**Parágrafo Primeiro** - Na hipótese da empresa, descumprir a cláusula e não providenciar o seguro de vida aqui estabelecido, responderá pelos respectivos valores na ocorrência do evento acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício, num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do comunicado do sinistro e entrega de toda documentação legal solicitada;

**Parágrafo Segundo** - Durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o valor do custeio do Seguro de Vida será de:

Responsável	2025	2026
Empregador	R\$ 4,80	R\$ 5,21
Empregado (descontado em folha)	R\$ 1,27	R\$ 1,38
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6,07</b>	<b>R\$ 6,59</b>

Como podemos observar foi cotado um valor de R\$ 4,80 só para o empregador, mais ao verificarmos foi cotado um vício editalício devido ao valor não cotado do Empregado no valor de R\$ 1,27 onde será descontado em folha, onde o correto seria ser cotado o **TOTAL de R\$ 6,07**.

**Exemplo:** Temos um total de R\$ 6,07, mais como vai ser descontado em folha o valor de R\$ 1,27 em cima do Total, ficando 1,27 do empregado e 4,80 do empregador totalizando um total de R\$ 6,07, como por exemplo Total do seguro R\$ 6,07 - R\$ 1,27 do empregado = R\$ 4,80 do empregador.



## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	106,56
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	352,00
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
<b>Total</b>		<b>766,36</b>

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
---	---	-------------

Como podemos observar foi cotado seguro de vida no valor de R\$ **4,80** para todas as planilhas.

## 2.2 – SOBRE IMPOSIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação INDICADA NO EDITAL.

Menciona o Edital, **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025**.

FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Situada na Rua São Tomé, 378, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-030, Telefone 84)3025-4761

E-mail: terceirizaofsltda@gmail.com / fslicitacoes18@gmail.com - Telefone: (84) 99933-7399

CNPJ: 46.781.889/0001-92

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A retenção de valores de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc., fica disciplinada por esta instrução normativa.

Art. 2º Para fins da presente instrução normativa, considera-se:

I – conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação: conta aberta pelo Tribunal em banco público oficial em nome da contratada, utilizada na contratação de serviços contínuos de dedicação exclusiva de mão de obra, para garantir os recursos necessários ao adimplemento das obrigações trabalhistas e encargos previdenciários descritos no art. 6º desta instrução normativa, movimentada somente com autorização do contratante;

**2º Ponto** a ser citado do vício editalício referente a **CONTA VINCULADA** mencionada no edital, onde foi verificado em todas as planilhas sugeridas no edital o percentual de **0,92%**, no **Submódulo 4.1 substituto nas ausências legais na letra “A” Substituto na cobertura de Férias conforme demonstraremos logo abaixo:**

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	43,40
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	25,94
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,94
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	15,56
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,24
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			91,08

Como podemos ver foi contado um valor bem inferior para conta vinculada na letra “A” onde o correto seria 8,33 para um direcionamento dos custos referente a conta vinculada.

Observa-se que apesar do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025** fazer clara menção de que os sindicatos indicados não são obrigatórios, porém o subitem subsequente determina que os benefícios dos profissionais devem seguir a CCT indicados em edital, que são retiradas de CCTs indicadas pelo Licitador.

Em outras palavras seria como dizer que os concorrentes são livres para indicar quaisquer CCT, desde que cumpram os salários e critérios indicados pelas CCTs constantes em edital. Este termo é uma afronta aos princípios legislativos vigentes, e deve ser corrigido com a maior brevidade possível, visto que se trata de um desacato direto aos princípios da legalidade, moralidade, do interesse público, da propriedade administrativa e da competitividade.

**FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

Situada na Rua São Tomé,378, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-030, Telefone 84)3025-4761

E-mail: [terceirizaofsltda@gmail.com](mailto:terceirizaofsltda@gmail.com) / [fslicitacoes18@gmail.com](mailto:fslicitacoes18@gmail.com) - Telefone: (84) 99933-7399

CNPJ: 46.781.889/0001-92

O TCU já se pronunciou, de maneira totalmente recorrente, na proibição de que editais façam tais imposições de remuneração obrigatória:

É princípio mor da constituinte brasileira o entendimento de que os certames públicos estão vinculados e regulados conforme a lei de licitações 14.133/2021, sendo condição sine qua non para manutenção DA ISONOMIA, DA IGUALDADE E DA VINCULAÇÃO, o cumprimento do regimento definido pela lei cujo norteia as condutas e procedimentos da administração pública e dos licitantes.

Tenta a TRE/BA, impor aos licitantes que utilizem os salários pleiteados pelos idealizadores do edital, a partir de uma camuflagem de exigência de cumprimento de remuneração imposta. Apesar de afirmar, no edital, que a utilização da convenção coletiva utilizada para fins de estimativa não é obrigatória, afirma no item.

que o licitante deve utilizar os salários da convenção coletiva cujo foi utilizada para fins de estimativa. Tal fato reflete como, de maneira clara, a TER/BA contraria, com livre e espontânea vontade, o entendimento do TCU no Acórdão 369/2012.

Outrossim, é claro e não restam dúvidas que o estabelecimento de piso salarial a ser cumprido, bem como dos benefícios a serem cumpridos, vinculados a CCT indicada pelo licitador é TOTALMENTE ilícita.

O edital não pode prever pisos mínimos salariais estabelecidos, ainda mais se tratando de Medição por Resultado. Ressaltamos ainda, que só pode exigir o pregoeiro, que o licitante cumpra com as obrigações impostas pela convenção coletiva do trabalho do qual vinculou a sua proposta, com os seus salários, cujo também escolheu, sem interferência do pregoeiro.

Sob esse enfoque, a Administração não pode determinar qual é o instrumento coletivo de trabalho (dissídio, convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho) a ser observado pelos licitantes, visto que tal conduta caracteriza ingerência indevida na atividade privada, desvirtuando, pois, as regras de mercado incidentes.

Cumpra a cada licitante, de acordo com seu enquadramento, considerando sua atividade preponderante, elaborar sua proposta em consonância com o documento coletivo aplicável e indicá-lo para aferição da exequibilidade dessa oferta pela Administração.

Reiteramos que em nada peca o edital em realizar um Estudo Técnico Preliminar para fins de estimativa, não sendo este o objeto de reclamação desta companhia. O equívoco consiste na atitude do setor responsável pela idealização e produção de um ETP que apenas tem função de servir como cortina de fumaça e camuflar a fixação salarial utilizada por tal Instituição, através dos pisos por função, nas CCTs mais convenientes aos gestores.

Não menos importante, é ilegal utilizar uma metodologia de fixação de salários com um critério de Medição de Resultados. Os dois métodos não andam juntos e possuem legislações diferenciadas a serem seguidas.

### DOS PEDIDOS

Consideramos ser dever de cada cidadão ou empresa zelar pela disciplina do mercado, seja de licitantes seja de Licitadores, e não podemos nos calar em frente a atrocidades oferecidas em Licitações Públicas. Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- 1) Que abstenha-se de exigir no Edital LICITAÇÃO TER/BA – PE N° **90007/2025** fixação de pisos salariais, bem como indicação de convenções coletivas de trabalho, permitindo as empresas definirem seus salários, em nome da perfeita isonomia estabelecida em Constituição Federal, e em obediência as jurisprudências que tratam do assunto.
- 2) Que seja modificado o Estudo Preliminar Técnico (ETP), a fim de se considerar estimativa com preços médios de mercado, com a devida comparação singular de casos análogos ao objeto desta contratação.
- 3) Reformular a estimativa de exequibilidade para execução dos serviços do objeto do PE **90007/2025**, considerando ainda possíveis reduções na etapa disputa de preços, com a consequente uso de preços adequados aos parâmetros medianos de uma execução em conformidade com a legislação vigente;

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro. Informa esta empresa, outrossim, que na hipótese remota de não modificado o dispositivo editalício impugnado, TAL DECISÃO NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Pede e espera deferimento da impugnação, em concordância com a legislação vigente e em nome da mais perfeita;

### JUSTIÇA!

Neste Termos

Pede Deferimento

Natal, 19 de agosto de 2025.

*Carlos André Pereira de Araújo*

**FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

-----  
CARLOS ANDRÉ PEREIRA DE ARAÚJO  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
CPF/MF: 072.867.184-01

**FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

Situada na Rua São Tomé, 378, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-030, Telefone (84) 3025-4761  
E-mail: [terceirizaofsltda@gmail.com](mailto:terceirizaofsltda@gmail.com) / [fslicitacoes18@gmail.com](mailto:fslicitacoes18@gmail.com) - Telefone: (84) 99933-7399  
CNPJ: 46.781.889/0001-92